Justiça Ambiental e Mudanças Climáticas: Desafios Socioambientais e Direitos Fundamentais no Brasil

Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini
Bianca Jordany Fernandes Colombini

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

As mudanças climáticas intensificam as desigualdades sociais e ambientais, impactando de forma desproporcional comunidades vulneráveis. Fenômenos como aumento do nível do mar, enchentes e ondas de calor ameaçam o bem-estar coletivo e evidenciam a necessidade de repensar o modelo de desenvolvimento baseado na exploração dos recursos naturais. Nesse contexto, a justiça ambiental surge como resposta à distribuição desigual dos riscos e benefícios ambientais, destacando-se como ferramenta essencial para a efetivação dos direitos humanos e da sustentabilidade. No Brasil, as populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas e periféricas sofrem os efeitos do racismo ambiental e da omissão estatal. Assim, compreender a intersecção entre mudanças climáticas, desigualdade e direito à saúde é fundamental para a construção de políticas públicas justas e inclusivas.

Objetivo

Analisar os desafios e perspectivas da justiça ambiental frente às mudanças climáticas no Brasil, destacando as desigualdades socioambientais e o papel do direito à saúde na promoção de equidade e sustentabilidade.

Material e Métodos

O estudo adota abordagem qualitativa e interdisciplinar, baseada em revisão bibliográfica e documental. Foram analisados artigos científicos, relatórios da ONU e do IPCC, publicações da Fiocruz e dados oficiais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Entre as obras centrais, destacam-se Branco e Armada (2018), Monteiro et al. (2023) e Melo, Lisboa e Oliveira (2025), que abordam, respectivamente, os fundamentos da justiça ambiental, o racismo ambiental e a relação entre poluição, saúde e governança ambiental nas regiões portuárias. A análise concentrou-se na identificação das principais lacunas nas políticas públicas e na discussão de instrumentos jurídicos capazes de assegurar justiça climática e ambiental no contexto brasileiro.

Resultados e Discussão

Os resultados indicam que a justiça ambiental emerge como reação à lógica desigual do desenvolvimento capitalista, que impõe os maiores riscos ambientais às populações mais pobres. No Brasil, o racismo ambiental amplia essas desigualdades, associando-se à exclusão territorial e à precariedade de serviços básicos. Estudos sobre as regiões portuárias revelam altos níveis de poluição atmosférica e hídrica, elevando a incidência de

doenças respiratórias e cardiovasculares em comunidades vulneráveis (Melo; Lisboa; Oliveira, 2025). As políticas públicas existentes demonstram fragilidade e ausência de integração entre saúde, meio ambiente e direitos humanos. A efetividade da justiça ambiental depende da criação de mecanismos participativos, de avaliação de impacto à saúde e de medidas compensatórias que garantam proteção às populações afetadas pelas mudanças climáticas.

Conclusão

As mudanças climáticas intensificam as injustiças ambientais e sociais no Brasil. A efetivação da justiça ambiental requer políticas públicas integradas e uma governança democrática que articule direito, saúde e meio ambiente. O combate ao racismo ambiental e a proteção das comunidades vulneráveis são essenciais para consolidar o desenvolvimento sustentável e assegurar o direito fundamental a um meio ambiente equilibrado.

Referências

LISBOA, Andressa Felix; DE MELO, Giovano Eloi; DE OLIVEIRA, Danilo. Mudanças climáticas e justiça ambiental: o direito à saúde nas zonas portuárias. Unisanta Law and Social Science, v. 14, n. 1, p. 78-92, 2025.BRANCO, Mateus Gabriel Branco Gabriel; ARMADA, Charles Alexandre Souza. Desafios e perspectivas para a justiça ambiental face à nova realidade das mudanças climáticas. REBELA-Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos, v. 8, n. 2, 2018.